



CONGRESSO NACIONAL

MPV 302

00024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
05/07/07

proposição
Medida Provisória nº 302/2006

autor
Dep. Jovair Arantes

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art. 17 da MP 302, de 2006, que dá nova redação ao Art. 3º da Lei nº 10.910, de dezembro de 2002, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º. A Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT de que trata 15 da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, é transformada em Gratificação de Atividade Tributária – GAT, incidente sobre o maior vencimento básico de cada cargo das carreiras.

....." (NR)

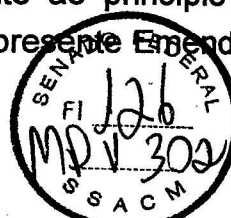
JUSTIFICAÇÃO

O princípio de que para **TRABALHO IGUAL – REMUNERAÇÃO IGUAL** universalmente aplicado, é previsto na legislação brasileira há mais de 63 anos. O Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em seus arts. 5º e 461. Em ambos os artigos é reafirmado o primado básico do reconhecimento do trabalho em igualdade de condições.

A disposição do art. 3º da Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, é a negativa deste princípio, pois ao assegurar o pagamento da **GAT** sobre o **vencimento básico** dos Auditores permite que servidores trabalhem nas mesmas atividades, executando iguais ações mas ganhando diferenciadamente.

Igualmente, a MP 302, de 2006, neste particular da GAT é discriminatória, pois quanto a outra gratificação, a GIFA prevista no art. 4º da Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, esta é conferida pela incidência do percentual sobre o **maior vencimento básico de cada cargo das carreiras citadas**.

A fim de promover o respeito ao princípio universal de que **TRABALHO IGUAL – REMUNERAÇÃO IGUAL** a presente Emenda à MP nº 302, de



mantém a coerência da legislação remuneratória, estabelecendo que ambas as van tenham como base de cálculo o maior vencimento básico de cada cargo das ca citadas.

Com esta Emenda busca-se também ampliar o grau de atrati das carreiras alcançadas por essa iniciativa. Ao estabelecer a igualdade de remun pelo mesmo trabalho executado pelos servidores de todas as classes e padrê reconhece seus esforços no desempenho de suas atividades no serviço público presta

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emen justificativa.

Sala da Comissão, em de Junho de 2006.

PARLAMENTAR

DEP. JOVAIR ARANTES

